**HISTÓRIA DA INFÂNCIA: PHILIPPE ARIÈS EM DEBATE**

Elane da Silva Batista

Universidade Federal do Amazonas - batista\_elane@hotmail.com

Profª Drª Pérsida da Silva Ribeiro Miki

Universidade Federal do Amazonas - persidamiki@gmail.com

**INTRODUÇÃO**

Este ensaio pertence aos estudos bibliográficos em nível de Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade do Amazonas. A pesquisa de Mestrado compreende a política de creche em Manaus e os estudos históricos acerca da infância, e os debates nas ideias de Ariès, podem elucidar as correlações com a infância nos documentos oficiais de Estado.

Apesar de a infância haver sido incorporada como um novo objeto de investigação de inúmeras produções de estudos, de pesquisas e trabalhos acadêmicos, ainda há muito o que se pesquisar sobre a infância enquanto uma categoria social, considerando a criança como sujeito real e historicamente situado, que vive e produz história, que apreende o mundo ao seu redor e, independente da época, tem seus anseios, receios e vontades. Possui suas próprias referências e preferências. Tem capacidade para expressar suas inquietações, indagações e ansiedades sobre o mundo circundante.

No entanto, muitas pesquisas desenvolvidas sobre a infância no início do século XX, voltaram-se os olhares para a saúde e, em conformidade com Sarmento (2008), a criança foi estudada por uma psicologia do desenvolvimento que em suas construções de analíticas relevou mais os aspectos *biopsicológicos* em detrimento da criança como sujeito que vive e produz história.

1. **INFÂNCIA E SUA EDUCAÇÃO: OLHARES E REPRESENTAÇÕES**

Discorrer sobre a infância e sua educação tem sido ocupação de diversos autores e das áreas mais diversas do saber, como bem salienta Sarmento (2008). Entretanto, os estudos construídos ao longo do tempo sobre a infância, considerou a criança mais como objeto de estudo de pesquisadores do que o próprio sujeito do estudo. Sujeito que tem voz, que possui opiniões próprias, que vive e apreende a cultura o que independe do tempo e do espaço onde se encontra inserida.

Então, que dizem os autores sobre a infância e sua educação? Que imagens foram e são projetadas a respeito da infância e sua educação em tempos remotos e nos dias atuais? Pois bem, é sobre essas questões que serão tecidos alguns comentários, sem a pretensão de esgotá-los por completo. A existência de diferentes olhares e concepções a respeito da temática aqui abordada é considerada, sobremodo, significativa, dependo dos referenciais consultados, ter-se-á um sentido para o termo.

Kuhlmann Jr. (2004, p.15) compreende “a *infância* como a concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o próprio período vivido pela *criança*, o sujeito real que vive essa fase da vida”. O autor trabalha os termos *infância* e *criança* como dimensões que carregam sentidos diferenciados, isto é, a *história da infância* seria a relação que se estabelece entre a sociedade para com essa fase da vida humana e a *história da criança* como a relação que se estabelece entre a criança e seus pares. Neste sentido, a *infância* então se apresenta como “condição das crianças”, considerando que em cada sociedade e em cada momento histórico, a criança vivencia sua própria infância.

 Neste sentido, o autor retrata o seguinte o posicionamento acerca de *infância* e *criança:*

A palavra infância evoca um período da vida humana; no limite da significação, o período da palavra inarticulada, o período que poderíamos chamar da construção/apropriação de um sistema pessoal de comunicação, de signos e de sinais destinados a fazer-se ouvir. O vocábulo criança, por sua vez, indica uma realidade pisicobiológica referenciada ao indivíduo. (KUHLMANN JR., 2004, p.16).

Desta forma, a *infância* é conceituada como uma etapa da vida humana, momento em que a comunicação ainda não se estabelece por meio da palavra pronunciada, sendo considerada como o período da construção do léxico, ou seja, da apropriação e da assimilação dos signos linguísticos, dos sinais da comunicação verbalizada, para a partir desse repertório fazer-se entender através da comunicação articulada pela palavra. A criança, com ser psicobiológica refere-se ao desenvolvimento do psiquismo em suas articulações com as funções biológicas, isto é, o ser em desenvolvimento físico.

Miki (2014) compreende que a concepção de infância, ou a representação que se atribui a fase inicial da vida dos sujeitos sempre foi flexibilizada, isto é, a concepção de infância é construída conforme a época vivenciada, o que implica dizer que não há uma única compreensão de infância que possa ser atribuída a todas as eras históricas, pois depende das “nuances presentes nos ideários sobre a infância e a prática exercida nas instituições educacionais” (MIKI, 2014, p. 3).

Sendo assim, o conceito de infância, conforme a autora, é construído de acordo com o momento histórico, “nas diferentes realidades e temporalidades, nos diferentes lugares, por homens e mulheres em suas relações sociais” (MIKI, 2014, p. 5).

1. **PHILIPPE ARIÈS E SUAS TESSITURAS SOBRE A INFÂNCIA**

 Uma das primeiras pesquisas sobre a *infância* que se tem conhecimento são os estudos produzidos por Philippe Ariès (1978), cuja a tese original data de 1962 sobre a *História da criança e da família*, na qual, o autor considera a ausência de um sentimento da infância na sociedade medieval, século XII, onde a criança muito pequena, por apresentar características delicadas e, ainda vivenciando uma fase que poderia vir à óbito a qualquer momento, devido ao alto nível de mortalidade, não era considerada pelos adultos como um membro familiar até demonstrar uma certa parcela de autonomia para conviver sem os cuidados da mãe ou da ama.

Não existem representações coletivas onde as crianças pequenas e grandes não tenham seu lugar, amontoadas num cacho pendente do pescoço das mulheres, urinando num canto, desempenhando seu papel numa festa tradicional, trabalhando como aprendizes num ateliê, ou servindo como pajem de um cavaleiro. (ARIÈS, 1981, p. 157).

Do ponto de vista do autor, se as crianças se misturavam com os adultos em vários ambientes, praticando as mesmas atitudes e realizando as mesmas ações, logo, não havia especificidade entre as mesmas e as pessoas de maior idade, mesmas sendo jovens, dessa forma, todos pertenciam a uma mesma concepção, sendo a criança concebida apenas e tão somente, como um adulto em miniatura.

Ariès, submete a concepção de infância a estágios progressivos, isto é, o sentimento de infância evolui de acordo com o passar do tempo e, aponta dois sentimentos de infância surgidos à época de suas pesquisas e observadas por meio de análises iconográficas.

A imagem da criança representado na iconografia, para o autor, foi suficiente para atribuir uma concepção de infância no período medieval. O que se diz que até por volta do século XII a arte medieval ignorava a infância ou não tentava representá-la. Sendo assim, a sociedade da época uma vez não representando a criança por meio de suas artes, não atribuía a estas a importância devida, dando a ideia de não haver espaço para a infância nesse período histórico. Se os homens não se detinham em apreciar a representação da infância é porque não havia para eles interesse algum, dessa forma, passava desapercebida, passando muito rapidamente que nem dava tempo para fixar na memória.

Ariés conclui que, é por volta do século XIII que surge um perfil de criança que se aproxima do sentimento de infância representado mais recente. Este aspecto de criança está muito ligado ao mundo religioso onde procura mostrar o *anjo* com a “aparência de um rapaz muito jovem, de um jovem adolescente” (ARIÈS, 2012, p.18).

As representações de criança também nesse período, surgiram por meio da arte sobre o *Menino Jesus* e a da *Virgem Maria menina*, muito ligada a religiosidade. *Jesus* reproduzido, inicialmente, como um adulto em miniatura, com a aparência de “ um pequeno *Deus-padre majestoso*, evoluindo para uma reprodução de uma outra imagem de *Jesus* em pé com vestidos transparentes e com braços envolvidos ao pescoço de sua mãe. A infância entrou em cena nas representações devido a maternidade da Virgem, e ficou limitada a esta reprodução até o século XIV (ARIÈS, 2012).

A criança nua é outra representação de criança apontada pelo autor, sendo que a imagem do Menino Jesus nunca era reproduzida despido, estava sempre envolto a panos que cobriam partes de seu corpo. Ariès apresenta a evolução do sentimento de infância baseado na evolução iconográfica durante o século XIV e principalmente durante o século XV. As representações que se reportavam a imagens de crianças, durante esse período, ganham traços diferenciados, imagem como de Jesus e a Virgem Maria se tornaram verdadeiros temas fecundos da imaginação de artistas. A criança ganha aparência ternas e graciosa como “a criança procurando o seio da mãe ou preparando-se para beijá-la ou acaricia-la; a criança brincado com os brinquedos tradicionais da infância, com um pássaro amarrado ou uma fruta; a criança comendo seu mingau [...]” (ARIÈS, 2012, p. 20).

Com o passar do tempo, mais precisamente nos séculos XV e XVI a iconografia vai incorporando outros aspectos que não fazem parte de uma infância restrita à religião, incorpora em sua arte o mundo leigo, ou seja, uma imagem laica representadas por sujeitos não ligados a religiosidade, até então ausente nas representações, mas essa iconografia ainda não reproduzia a imagem da criança sozinha, pois, nas reproduções trabalhadas a criança estava sempre na companhia ou da família, ou de outros adultos, em meio à multidão, no colo da mãe ou em outras cenas, mas sempre na companhia de pessoas (ARIÈS, 2012).

É a infância sendo retratada como mais interesse, mais peculiaridades na iconografia que respalda o autor da evolução desse sentimento no plano coletivo, a mentalidade do adulto em evolução também. Sendo assim, até o século XII, como essa fase da vida não aparecia esculpida, ou pintada, ou mesmo retratada de forma mais particular, então, não havia distinção ou peculiaridades a representar. Dessa forma, Ariès declara que na Idade Média, até o século mencionado, o sentimento de infância não existia.

 A partir do século XIV, a iconografia passa a representar a criança já com expressões que trazem um significado encantador, poético e familiar, admitindo haver nelas uma particularidade em relação ao adulto, culminando numa reprodução mais diferenciada de seus *trajes*, especialmente dos meninos, no entanto, essa diversificação é mais aparente nas classes mais abastadas da sociedade do século XVI e XVII. “Essa especialização do traje das crianças, e sobretudo dos meninos pequenos, em uma sociedade em que as formas exteriores e o traje tinham uma importância muito grande é uma prova da mudança ocorrida na atitude com relação às crianças” (ARIÈS, 2012, p.100).

 É nesse contexto que Ariès atribui o surgimento de um novo sentimento da infância e confere a sua aparição ao meio familiar, ainda que mães e amas por um determinado tempo não tivessem expressado essa consciência, de agora em diante, nada as impediriam de expressa-la, que é o sentimento de *paparicação*, ou seja, estava admitido que as crianças pequenas provocavam nos adultos um sentimento de alegria, prazer, distração e relaxamento. Essa infância era considerada pelo autor como uma infância curta, até os 7 anos.

 Esse sentimento, devotado à criança, provocou muitas críticas no fim do século XVI, por parte indivíduos moralistas que consideravam exagerado a atenção prestada a criança, causando uma irritação, uma exasperação consequente desse ato. Nesse sentido, surge um outro sentimento da infância tão original quanto do *paparicaçã*o que é o sentimento de *exasperação*, também defendido e aceito pelos moralistas e educadores do século XVII (ARIÈS, 2012).

 Sentimentos opostos são realçados na visão de Ariès durante o período medieval. De um lado a atenção dispensada a criança por meio da *paparicação* e a permissividade na permanência constante daquela entre os adultos; e de outo polo a *exasperação*, sentimento este carregado de irritabilidade e hostilidade pelas ações e mimos destinados a criança e, neste a necessidade de separação da criança do seu convício familiar a fim de preservar a moral, considerando a criança como “frágeis criaturas de Deus que era preciso ao mesmo tempo preservar e disciplinar” (ARIÈS, 2012, p. 105). Preservar a infância poderia significar um prolongamento da mesma e isso só poderia se dar por meio do isolamento em instituições escolares.

 Nesse sentido, a escola e o colégio, que durante o período medieval haviam surgidos para atender apenas uma parcela de eclesiásticos, misturando em seus ambientes as diferentes idades, crianças, jovens e velhos sendo trabalhados do mesmo modo, tornam-se durante o século XVIII espaços destinados ao isolamento de crianças por faixa etária durante período de desenvolvimento moral e intelectual. Por meio desse isolamento da criança da sociedade adulta, buscava-se discipliná-la dos costumes construídos no seio familiar, onde a permissividade era notória em sua conduta e modo de viver, nada de estranho à sociedade da época.

 Ariès também considera que a evolução do sentimento da infância está muito relacionada a da instituição escolar. Se durante o século XIII os colégios eram considerados asilos para estudantes, onde nada era ensinado, a partir do século XV se tornam instituições caracterizadas pela ministração do ensino das artes, sendo consolidadas pela afirmação decisiva de uma regra de disciplinar, que transformou a simples sala de aula medieval em uma estrutura de ensino que primava pelo ensino e pela constante vigilância. (ARIÈS, 2012).

Ariès acrescenta que o sentimento de infância, trabalhado pelos moralistas e educadores do século XVII, tornou-se a fonte inspiradora que permeou a educação até o século XX. A criança concebida não apenas como um brinquedo a serviço da distração dos adultos, um ser que encanta, que diverte, capaz de proporcionar alegria às pessoas a sua volta, é também considerada um ser racional e de preocupação moral e intelectual e, sendo assim, a infância passaria a ser concebida como um sentimento sério e autêntico.

Vale ressaltar que a obra de Ariès permanece envolta em grande controvérsia, visto a contraposição de estudos realizados posteriormente afirmando que “o sentimento de infância não seria inexistente em tempos antigos ou na Idade Média” (KUHLMANN JR., 2010, p. 22).

 Kuhlmann Jr. (2010) também destaca que em livro produzido pelos historiadores Pierre Riché e Daniele Alexandre-Bidon apresentam uma quantidade de ilustrações que podem depor a favor da existência de um sentimento específico da infância mesmo antes do século XVII. Esse sentimento com relação a infância pode ser visto por meio de ilustrações que carregam uma especificidade nos objetos como roupas infantis, brinquedos e outros materiais.

 Outro aspecto refutado por Kuhlmann Jr. (2010) concernente a obra de Ariès está relacionado a interpretação que este atribui ao desenvolvimento do sentimento de infância. Ariès afirma em seus estudos que esse sentimento se *despertou*, primeiramente, nas classes mais abastadas da sociedade, enquanto que a classe pobre só veio percebê-lo posteriormente. O que evidencia “um preconceito às classes subalternas, desconsiderando a sua presença no interior das relações sociais” (KUHLMANN JR. 2010, p. 23).

 Diante disso, presume-se que a *infância* estudada e trabalhada por Ariès em suas pesquisas foi prioritariamente infância da elite, o que fez calar a infância das classes populares. É a concepção da infância elitizada, servindo de parâmetro a todas as infâncias existentes em um período tão abrangente da história.

 O trabalho com as imagens do período medieval fez uma parcela da população desaparecer, a população pobre, que pouco ou quase nada deixou de sua história. Kuhlmann Jr. (2010) reportando-se a Dominique Julia constata a precariedade na aquisição de testemunhos sobre a criança na cultura popular em suas pesquisas realizadas “sobre o período do final da guerra dos trinta anos à época das Luzes” (p. 23) onde:

A precariedade das condições econômicas, a moradia minúscula e superpopulada, certamente marcou a infância popular nos séculos XVII e XVIII quando na França e em outros países, havia um alto risco de morte por parto e altas cifras para morte de recém-nascidos e crianças, das quais somente 50% sobreviviam no décimo ano de vida. (JUHLMANN JR., 2010, p. 23).

Geralmente são nos registros deixados pela população elitizada, de caráter público, que são encontrados informes sobre a vida privada das classes populares, e mesmo assim, carregados de preconceitos e ações com vistas a disciplinar e corrigir suas crianças.

O aspecto linear sobre a história do desenvolvimento do sentimento da infância, durante a Idade Média, realçado por Ariès também é alvo de controvérsias apontado por Kuhlmann Jr. (2010), que se contrapõem à existência de uma história pronta e destinada a acontecer da mesma forma e em sociedades de diferentes épocas. Este desconsidera os estudos que “pretendem identificar o desabrochar do sentimento de infância no Brasil do final do século XIX. Postulando que nessa época se estaria vivenciando um processo semelhante ao que teria ocorrido na França do século XVII” (KUHLMANN JR., 2004, p. 21). Período este em que Ariès considera o aflorar do sentimento da infância na sociedade medieval.

 De acordo com Kuhlmann Jr. (2010, p.22) “o que se vive no Brasil são as manifestações do grande impulso com relação a infância que representou o próprio século XIX, em todo o mundo ocidental, especialmente após a década de 1870”, e não a mesma história vivenciada pela sociedade europeia com relação ao seu *despertar* pela especificidade da infância.

Concernente a inserção da criança ao mundo dos adultos, Kuhlnann Jr. (2004) se contrapõe a Ariès afirmando que não ocorria de maneira imediata e nem de forma idêntica para todas as fases, havia “processos de iniciação em que o aprendiz necessitava percorrer certas etapas para a obtenção de maiores graus de autonomia” (p.22). Mesmo vivendo no mesmo espaço em que os adultos circulavam, havia aprendizagens diferenciadas às crianças, no período medieval e “ a defesa da necessidade da educação fundada nas instituições familiar e escolar fez dessas instituições o ‘novo mundo dos adultos ‘ pela qual elas deveriam passar”. (KUHLMANN JR., 2004, p.22).

O autor faz referência a obra de João Amós Comenius[[1]](#footnote-1), publicada no século XVII, mais precisamente no ano de 1657, onde sugere para a instituição escolar uma proposta educacional organizada por faixa etária, forma esta desenvolvida pelos artesões da época que trabalhavam com seus aprendizes o ofício, partindo de aprendizagem simples às lições mais complexas e isso, com lições que perduravam de dois a sete anos.

Sobre o *prolongamento da infância* o autor declara que não passou de uma “representação dos clérigos, moralistas e pedagogos, pois a frequência aos colégios era realidade apenas para uma minoria de crianças da sociedade europeia” (KUHLMANN JR., 2004, p.23). Isso porque, em conformidade com o autor, a presença da massa infantil nas instituições escolares só ocorreu a partir do século XIX, momento em que é atribuído a escola uma nova concepção, bem diferente da propagada até então. Se antes a escola era vista como um local de isolamento das crianças do mundo cheio de vícios e atitudes perniciosas dos adultos, nesse momento estaria passando por um outro significado que consistia com a escola como o reflexo da própria sociedade.

Sendo a concepção da infância trabalhada por Kuhlmann Jr. (2004) como uma representação que os adultos constroem em relação a criança, logo, “seria arbitrário utilizá-lo como tradução imediata da sua vida real” (p. 24). Nesse sentido, uma representação de terceiros sobre a infância pode distorcer a própria vivência da criança em suas relações na sociedade, na relação criança-criança. Como afirmar que a infância não fez parte da vida de uma criança, mesmo nas sociedades consideradas primitivas? Mesmo vivendo e convivendo em ambientes em que aos olhos atuais poderiam ser classificados como impróprios para esta fase da vida? Ainda que Ariès desconsidere essa visão, “é possível reconhecer atributos e manifestações típicas de um universo infantil mesmo em fontes que nos contam de crianças submetidas às mais degradantes condições de vida” (KUHLMANN JR., 2004, p. 24).

Cada período histórico vivenciou e definiu uma concepção de criança e infância que serviu de referência a sua época. O que não se pode enfatizar que, em determinado momento histórico - apenas porque esses conceitos não se harmonizaram ou não se harmonizam com concepções de outras eras - inexistiu uma consciência da peculiaridade de cada fase da vida.

Heywood (2004) também apresenta suas críticas as ideias sobre a *infância* trabalhada por Ariès, apontando a fragilidade da obra deste autor e evidenciando alguns pontos que podem contestar a afirmação concernente a ausência do sentimento sobre essa fase da vida humana na sociedade medieval. Uma dessas fragilidades e inconsistências encontram-se nos seus métodos de análise, e no procedimento com que tratou as fontes escolhidas para essas análises.

 A declaração sobre a ausência do sentimento de infância de Ariès, respalda-se nas leituras iconográficas realizadas por este, na Europa medieval, mais precisamente no século XII, como já delineado. Percebendo que as crianças não eram retratadas em suas peculiaridades, mas como adultos em miniaturas, nos trabalhos dos artistas da época, o autor constatou, então, não haver consciência de infância até o período descrito. O contraponto apresentado por Heywood (2004) sobre essa afirmação se sustenta no fato de que os artistas da Idade Média não se detinham em pintar a aparência particular de cada sujeito e sim realçar o “*status* e posição de seus retratados” (p.24). Este autor considera Ariès “um historiador amador de fim de semana” (p. 24).

Outro posicionamento de que se contrapõe a afirmação de Ariès evidencia-se com relação a centralização desmedida dos estudos deste autor sobre os temas voltados a religião, o que ignorava, sobremodo, a vida em seu contexto real, a vida secular em seus pormenores, a realidade em ação, a vida e as pessoas em seus contextos particulares. Ao afirmar que a *descoberta da infância* ocorreu devido a evolução nas representações dos artistas a partir do século XII, também é algo questionável, pois artista nenhum seria capaz de representar, por meio de pinturas, a vida em sua amplitude real, em sua dinâmica secular, na cotidianidade de todas as pessoas.

A busca por evidencias sobre uma concepção da infância no século XII, especificamente na Europa medieval, não se constitui material suficiente para afirmar a ausência desse sentimento em todo um período histórico e em todas as sociedades, ignorando assim, toda a vivencia real dos povos de diferentes lugares, bem como a subjetividade de seus sujeitos, é o que argumenta Heywood (2004).

Este autor também destaca que, na civilização da Idade Média havia sim uma consciência da especificidade da infância ao se referir aos códigos jurídicos medievais que apresentavam certas permissões a fase de menoridade das crianças.

Por exemplo, costumavam proteger os direitos de herança de órfãos e, por vezes exigiam o consentimento das crianças em relação a um casamento. As ordenanças de Aethelstan, rei dos saxões ocidentais do início do século X, estabeleciam que qualquer ladrão com mais de 12 anos de idade que roubasse bens de valor superior a 12 pence deveria ser executado. (HEYWOOD, 2004, p. 26).

No entanto, levar a morte uma pessoa tão jovem, incomodava o rei, ainda mais em decorrência de infrações consideradas tão leves. Outra evidência apontada pelo autor, concernente a consciência da infância, na época medieval, diz respeito ao regime estabelecidos nos monastérios, que deveria ser menos rigoroso à criança que os aplicados aos adultos.

Um comentário do século IX sobre a Regra de São Bento permitia que os infantes fizessem refeições mais frequentes do que os maiores, dormissem mais e tivessem algum tempo para brincar no campo (ainda que apenas durante uma mísera hora por semana ou por mês) (HEYWOOD, 2004, p.26).

Nesse contexto, o autor aponta particularidades no trato com a infância muito antes do século XII, período situado por Ariès como ausente do sentimento sobre a singularidade infantil. Outras evidências que podem se contrapor a afirmação de Ariès, encontram-se no campo da medicina, que dispunham de obras que faziam referência ao caráter pediátrico, destacando o cuidado de bebês.

A tradição hipocrática de dividir a infância em três etapas também pode refutar Ariès em sua afirmação, pois no período medieval a divisão por idades ficou assim representado, com relação as etapas da infância: “*infantia,* do nascimento aos 7 anos; *pueritia*, dos 7 aos 12 anos para meninas, e dos 7 aos 14 para os meninos; e *adolescentia,* dos 12 ou 14 até os 21 (HEYWOOD, 2004, p. 26).

Heywood (2004) considera impróprio afirmar que uma cultura teve ou não a presença de uma consciência da particularidade da infância, no caso da Idade Média seria mais prudente afirmar que as concepções atribuídas à criança, durante este período histórico, eram provavelmente bem diferentes das concepções do período contemporâneo.

Havia diferentes concepções de infância durante o período medieval. Existia a concepção da elite instruída que concebia a criança “como uma criatura pecadora, um pobre animal suspirante” (HEYWOOD, 2004, p.28). A infância “compreendida como um processo, ao invés de um estado fixo” (p.28). Estudos, também, relatados por este autor demonstram que a infância, no século XII, em decorrência de ritos sagrados oferecidos ao Menino Jesus, foi bastante enlevada. Outros vieses da infância e sua particularidade, nesse período, giram em torno das características específicas das etapas de idade, “da consciência das transformações fundamentais em torno das idades de 2 e 7 anos, e da adolescência” (HEYWOOD, 2014, p.28).

Um aspecto negativo apontado pelo autor, característicos dos autores medievais, é a ausência de interesse em descrever a infância e suas histórias, preferindo a fase adulta como fonte de inspiração de seus escritos. As histórias que encantavam os escritores medievais estavam quase sempre relacionadas as batalhas ocorridas à época, a política que configurava a sociedade e outros temas de interesse dos adultos.

Concernente a estimativa de idade, no período medieval, os termos apresentavam sentidos ambíguos, palavras como ‘criança’, como *puer, kneht, fante, vaslet* ou *enfes,* eram muitas vezes desviadas para indicar dependência ou servidão. Sendo assim, elas também poderiam se aplicar a adultos bem como a jovens” (HEYWOOD, 2004, p. 29).

Desta forma, como bem demonstra Heywood (2004) “a infância (assim como a adolescência) durante a Idade Média não passou tão ignorada, mas foi antes definida de forma imprecisa, e, por vezes, desdenhada” (p.29). No entanto, não se pode afirmar que este desdém se relacionava a falta de sentimentos dos adultos para com as crianças, mas uma demarcação precisa e definida referente as estimativas de idade, pois as nomenclaturas utilizadas, apresentavam significados dúbios.

Ao longo do século XIX, muitas iniciativas advindas da área médica e educacional contribuíram para a consolidação de ações em favor da criança. Pode-se dizer que neste período histórico aflora-se um interesse maior por parte de profissionais de diferentes áreas para com a criança. Instituições para o acolhimento de crianças expandiram-se nesse período como escolas, asilos e hospitais que começam a ser pensadas visando não somente o desenvolvimento das mesmas, como também uma melhor adequação. (KUHLMANN JR., 2004).

O início do século XX a infância e sua educação, em decorrência da expansão do sistema capitalista e das transformações sociais que ocorriam, principalmente, na Europa, tornaram-se alvos dos novos ideais que se consolidavam gradativamente na sociedade moderna[[2]](#footnote-2). Ideais estes que poderiam ser alcançados por meio de uma formação pela educação sistematizada, ou seja, pensada e desenvolvida em instituições construídas para esse fim, e isso desde a tenra infância, visando formar pessoas civilizadas, educadas para um novo tempo, o tempo da ‘civilidade’. (KUHLMANN JR., 2004).

Diante de tantas transformações que passaram a ocorrer nas sociedades no final do século XIX e início do século XX, a infância e sua educação começaram a fazer parte das agendas governamentais e dos “discursos sobre a edificação da sociedade moderna” (KUHLMANN JR., 2004, p. 26). A visão de progresso e de um país avançado, muito propalado no período, dependia do grau de civilidade de seu povo.

Visando atender esse novo tempo, e em nome desse progresso, entram em cena as influências ‘médico-higienistas nas questões educacionais’, intuindo o saneamento da sociedade a fim de promover mais resistência e saúde na vida da população e, em consequência disso, criar melhores trabalhadores para um maior desenvolvimento.

Sobre isso, comenta Leite (2003):

No final do século XX a infância tornou-se uma questão candente para o Estado e para as políticas não governamentais, para o planejamento econômico e sanitário, para legisladores, psicólogos m educadores e antropólogos, para a criminologia e para a comunicação em massa. (LEITE, 2003, p. 19).

A autora pondera que a infância deixa de ser invisível em decorrência do trabalho extradomiciliar. Para a autora, o conceito de infância está relacionado a uma “construção cultural e histórica, compreende-se que as abstrações numéricas não podem dar conta de sua variabilidade” (LEITE, 2003, p, 21). O que implica dizer que o termo mencionado não pode ser considerado como uma etapa biológica da vida humana.

No tocante a infância e sua escolarização no Brasil, Miki, (2014, p. 9) acrescenta que:

Houve maior visibilidade e divulgação a partir da segunda metade do século XIX, seja pelas condições materiais da expansão do liberalismo, assim como dos movimentos migratórios, como pela possibilidade de maior circulação entre mercadorias e pessoas, com o aumento das navegações e o desenvolvimento das ciências colocadas sob um altar que propiciaram um intercâmbio entre intelectuais do novo e antigo mundo.

 O desenvolvimento do liberalismo propiciou a circulação não apenas de mercadorias e produtos materiais, mas sobretudo, a circulação e socialização de ideias, conceitos, opiniões que pautaram a relação dialógica de pessoas de mundos opostos, o que contribuiu para a ampliação de instituições para a infância.

Kuhlmann Jr. (2004) esclarece que as Exposições Internacionais, ocorridas em diversos países, contribuíram para a propagação das novas propostas educacionais voltadas, principalmente, à infância pobre. Essas exposições tiveram início na metade do século XIX, em Londres, estendendo-se até o século XX. A educação era considerada como fator primordial para o desenvolvimento do progresso como também “um signo de modernidade, difundindo um conjunto de propostas nessa área que abarcavam diferentes instituições – da creche ao ensino superior [...]” (KUHLMANN JR., 2004, p. 26).

 É a infância como protagonista de proposta e discursos dos mais variados sentidos, desde o nascimento. A infância pobre como realce temático de inúmeras pesquisas. No Brasil se torna mais evidente essa questão em decorrência da Exposição Comemorativa ao Centenário da Independência em 1922, “quando várias publicações e congressos se ocupam de propostas para as crianças” (KUHLMANN JR., 2004, p. 27).

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

 Diante desta revisitada teórica e histórica nos posicionamentos dos autores sobre as representações de infância e sua educação é perceptível que, apesar dos termos representarem familiaridade, fazendo parte do repertório linguístico da vida cotidiana comum, trazem consigo diferentes concepções, dependendo do referencial adotado. A *infância* não deve ser vista em sentido singular, mas no sentido de pluralidade, visto ser considerado para alguns estudiosos como condição da criança, ou seja, a vivencia da criança em diferentes momentos históricos, carecendo de ser compreendida na conjuntura das relações sociais. Os trabalhos de Philippe Ariès, aqui mencionados, apesar de receberem muitas críticas a respeito de suas análises por meio da iconografia, é considerado um marco para o entendimento da infância enquanto categoria de análise e pesquisas.

**REFERÊNCIAS**

ARIÈS, Philippe, 1914-1984. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flakmsman. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

\_\_\_\_\_\_. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flakmsman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

CAULY, O. **Comenius:** o pai da pedagogia moderna. Lisboa: Instituto Piaget, 1995, p. 43, 48.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância:** da Idade Média à época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KUHLMANN JR. Moysés; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: Luciano Mendes Faria Filho. **A infância e sua educação**: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. **Infância e educação infantil:** uma abordagem histórica. 5.ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LEITE, M.L.M A infância no século XIX segundo Memórias e Livros de Viagem. In: FREITAS, M.C (Org.). **História da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

MIKI, Pérsida da Silva Ribeiro. Aspectos da Educação Infantil no Estado do Amazonas: o Curso Infantil Froebel no Instituto Benjamin Constant e outros jardins de infância (1897-1933). 2014. p. **Tese (Doutorado em Educação***).* Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba, SP, 2014.

VEIGA, Cynthia Greive. **Infância e modernidade**: ações, saberes e sujeitos. In: Luciano Mendes Faria Filho. A infância e sua educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

1. João Amós Comenius nasceu em Nivnice, na cercania de Uherský Brod, na Morávia, hoje República Tcheca, em 28 de março de 1592. Estudou na escola latina de Prerov em 1608 quando tinha 16 anos. É considerado como um dos primeiros defensores da universalização da educação, concepção trabalhada em sua obra *Didática Magna*, tido também por muitos como pai da Pedagogia moderna (CAULY, 1995). [↑](#footnote-ref-1)
2. A gênese da modernidade que se realiza no século XIX esteve nas profundas mudanças políticas, culturais, sócias e econômicas ocorridas em diferentes parte do mundo a partir do século XVI, quais sejam as viagens ultramarinas, as reformas religiosas, o Racionalismo e Iluminismo, Revolução Industrial, as alterações na produção da consciência do indivíduo, as distinções entre o público e o privado, a redefinição dos núcleos familiares, as alterações nas relações de trabalho, as profundas mudanças na cultura material da sociedade, enfim uma infinidade de outros acontecimentos perturbadores dos costumes e habitus então correntes dos indivíduos e da sociedade (VEIGA, 2004, p. 35). [↑](#footnote-ref-2)